



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

07/07/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Viana propõe acesso ao FGTS para trabalhadores que se demitem

O senador Carlos Viana (Podemos-MG) defendeu, em pronunciamento no Plenário na quarta-feira (5), o Projeto de Lei (PL) 3.135/2023, da sua autoria, que dá acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores que pedem demissão. Segundo o parlamentar, a medida dá mais autonomia ao trabalhador para decidir como e quando usar a reserva.

— A pessoa sai do emprego porque tem um contrato melhor, sai porque deseja uma nova fase, um novo estudo, e não pode usar o fundo de garantia que é seu. Quando o empregado pede demissão, ele fica no prejuízo [...]. O saldo das contas do fundo de garantia fica retido, com atualização monetária insuficiente, e em benefício do sistema financeiro, que sustenta, entre outras coisas, as políticas habitacionais — afirmou.

Viana destacou que a legislação atual precisa ser melhorada e expressou descontentamento com medidas como o saque-aniversário, que, segundo ele, podem prejudicar os trabalhadores caso percam seus empregos sem justa causa.

— A lei impõe a impossibilidade de sacar todo o saldo restante da conta. Na verdade, uma vez preso nessa cilada da antecipação, o eventual desempregado só poderá receber a multa de 40%. Mais uma vez, há um flagrante caso de injustiça na lei que rege atualmente o fundo de garantia. Aliás, o próprio ministro do Trabalho [Luiz Marinho] declarou há bem pouco tempo que a modalidade da antecipação não passaria de uma armadilha mascarada de liberdade de saque — disse.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 07 de julho.

Governo cede em pontos de decretos do saneamento para evitar derrota

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) admitiu abrir mão de parte dos decretos do marco do saneamento diante do recado do Congresso Nacional de que quer manter a cobrança de licitação para a atuação das companhias de água e esgoto.

O PDL (projeto de decreto legislativo) aprovado pela Câmara dos Deputados em maio derrubou três artigos dos decretos editados por Lula em abril, e deu ao governo a primeira derrota expressiva no Congresso.

Para evitar uma derrota também no Senado, o texto do novo decreto —que deve substituir os outros dois— está sendo discutido ponto a ponto com parlamentares.

O governo concordou em deixar de fora do novo decreto dois pontos que tratavam da prestação regionalizada, além de modificar o trecho que exigia apenas a deliberação da entidade de governança para a convivência de mais de um prestador na região.

O recuo foi informado nesta quinta-feira (6) durante reunião no Senado entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro das Cidades, Jader Filho (MDB), o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e o relator do PDL, senador Confúcio Moura (MDB-RO).

Inicialmente, o governo e o Senado planejavam a edição de um decreto com os trechos de consenso, e um segundo texto (por meio de decreto, projeto de lei ou medida provisória) para resolver os pontos que foram alvo da Câmara.

Como o Congresso afirma que os trechos derrubados não poderiam ter sido mudados por decreto, e o governo diz que uma medida provisória ou um projeto de lei trariam insegurança jurídica, a tendência é de que as mudanças sejam costuradas em um único decreto.

"O que a iniciativa privada solicita é que não abra medidas provisórias nem projetos de lei para discutir o assunto se não termina virando um novo marco regulatório", disse Confúcio. "Muitos procedimentos já estão em uso corrente."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 07 de julho.

Como a Reforma Tributária afeta o preço de alimentos, remédios e de escolas

A nova proposta de Reforma Tributária, cujo texto-base foi aprovado pela Câmara dos Deputados na noite desta quinta (6), modifica os principais impostos e contribuições sobre o consumo.

Esses quatro tipos de bens e serviços estão na lista dos que terão tributação 60% menor. Também haverá alíquota 60% menor para serviços de saúde, atividades artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência e medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual. O governo calcula que, com isso, a carga desses itens fica igual à atual ou pode ser reduzida.

Será criada uma Cesta Básica Nacional, com uma relação de produtos com alíquota zero. Essa lista será definida posteriormente. Os produtos da cesta atual que ficarem de fora terão alíquota reduzida em 50%, o que garante a manutenção dos preços atuais.

A proposta prevê a "hipótese" de devolução de parte dos dois novos tributos sobre o consumo a pessoas físicas, o "cashback do povo". Os limites e beneficiários são definidos no momento de regulamentação da reforma, o que deve acontecer em 2024.

O Devolve ICMS do Rio Grande do Sul prevê o mínimo de R\$ 100 por trimestre a todas as famílias do Bolsa Família, mais um complemento que varia de acordo com os gastos no período. Isso representa um acréscimo de 17% na renda de 95% dos 618 mil beneficiários.

Alguns setores e produtos terão regras específicas para recolher os novos tributos, com objetivo de manter a tributação atual. São eles: combustíveis e lubrificantes, serviços financeiros, imóveis, planos de saúde, loterias, administração pública, cooperativas, serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Cálculo do Ipea mostra que apenas os 10% mais ricos vão pagar mais. Os outros 90% da população terão uma carga tributária menor.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 07 de julho.

Câmara aprova reforma tributária em 1º turno com placar de 382 votos a 118

A Câmara aprovou na noite desta quinta-feira (6) a reforma tributária em primeiro turno. Foram 382 votos a favor, 118 contra e três abstenções. Era necessário o apoio de no mínimo 308 deputados. Discutida há mais de 30 anos, a matéria que simplifica a cobrança de impostos sobre o consumo ganhou força neste ano e foi destravada após intensas negociações com governadores, prefeitos e setores econômicos. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa passar ainda por uma votação em segundo turno antes de ser enviado ao Senado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elegeu a reforma tributária como a prioridade do semestre. Em janeiro, ele criou um grupo de trabalho para avançar na discussão do texto, relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 07 de julho.

INSS autoriza volta do empréstimo consignado para quem recebe BPC

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) irá liberar novamente o empréstimo consignado para quem recebe o BPC/Loas (Benefício de Prestação Continuada), renda assistencial paga a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Os beneficiários poderão comprometer até 35% do benefício. O BPC é pago no valor do salário mínimo (R\$ 1.320, em 2023) e, com a margem de 35%, isso representa até R\$ 462 mensais.

O valor da margem para empréstimos foi reduzido para ser diferente do limite adotado para outros benefícios do INSS, como aposentadoria, de até 45%.

A Previdência Social prevê que o serviço de crédito esteja disponível no final de agosto, mas informa que ainda é necessário concluir regulamentação interna e fazer ajustes no sistema.

O órgão não informou se haverá taxa máxima de juros permitida, como ocorre com os consignados de aposentados e se já há definição dos índices.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 07 de julho.